

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Daiana Marques Sobrosa

**GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO SABERES  
PARA UMA PRÁTICA LIBERTADORA**

Santa Maria, RS  
2021

**Daiana Marques Sobrosa**

**GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO SABERES PARA UMA  
PRÁTICA LIBERTADORA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Santa Maria, RS  
2021

**Daiana Marques Sobrosa**

**GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO SABERES PARA UMA  
PRÁTICA LIBERTADORA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

**Aprovada em 26 de janeiro de 2021:**

---

**Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Dr<sup>a</sup>. UFSM**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Márcia Eliane Leindcker da Paixão, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

---

**Sueli Salva, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2021

*A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.*

*(Paulo Freire)*

## RESUMO

### **GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO SABERES PARA UMA PRÁTICA LIBERTADORA**

AUTORA: Daiana Marques Sobrosa

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

O presente trabalho consiste em um projeto de intervenção que busca a construção de uma educação e uma prática pedagógica que combata toda e qualquer forma de opressão, ou seja, uma prática libertadora, na concepção freireana, o que resulta também em uma prática não sexista e mais igualitária. Para tanto, esse projeto propõe um curso de aperfeiçoamento ou formação continuada sobre gênero, em interface com trabalho e educação, para servidores e servidoras do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) -*campus* Alegrete. Levando em conta o contexto externo, isto é, todo o cenário político atual, e a conjuntura interna da instituição (que vai desde a sua história de constituição, seu papel no controle e regulação dos papéis de gênero até, atualmente, a criação de políticas institucionais de gênero), torna-se evidente a importância de ações como esta. Para isso, o presente projeto apoia-se nos conceitos de gênero, trabalho e educação a fim de problematizar a proposta de formação e contribuir com a construção de uma educação democrática e libertadora.

**Palavras-chave:** Educação. Gênero. Curso de aperfeiçoamento. IFFar.

## **ABSTRACT**

### **GENDER, WORK AND EDUCATION: BUILDING KNOWLEDGE FOR A LIBERATING PRACTICE**

AUTHOR: Daiana Marques Sobrosa

ADVISOR: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

The present research aims at the construction of an education and a pedagogical practice that combats any and all forms of oppression, that is, a liberating practice, in the Freirean conception, which also results in a non-sexist and more egalitarian practice. To this end, this intervention project proposes a training course or continuing training on gender, in interface with work and education, for civil servants at the Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Alegrete *campus*. Taking into account the external context, that is, the entire current political scenario, and the internal panorama of the institution (ranging from its history of constitution and its role in the control and regulation of gender roles to, currently, the creation of policies institutional gender), the importance of actions like this becomes evident. For this, the present project is based on the concepts of gender, work and education in order to problematize the training proposal and contribute to the construction of a democratic and liberating education.

**Keywords:** Education. Gender. Improvement course. IFFar.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ações do NUGEDIS .....	13
Tabela 2 – Descrição do cronograma proposto para o curso.....	27

## SUMÁRIO

<b>1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b> .....	8
<b>2 JUSTIFICATIVA</b> .....	8
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	16
3.1 OBJETIVO GERAL .....	16
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	16
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
4.1 GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONCEITOS BASILARES .....	16
4.2 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GÊNERO: MARCOS LEGAIS .....	19
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	23
5.1 SISTEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA .....	25
5.2 ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA AO PERÍODO REMOTO .....	25
<b>6 RECURSOS</b> .....	26
6.1 RECURSOS ADAPTADOS AO PERÍODO REMOTO .....	27
<b>7 CRONOGRAMA</b> .....	27
<b>8 AVALIAÇÃO</b> .....	28
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
<b>APÊNDICE A – PROPOSTA DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO</b> .....	34
<b>APÊNDICE B – PROPOSTA DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO</b> .....	35
<b>APÊNDICE C – PROPOSTA DE FORMULÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CURSO</b> .....	36
<b>APÊNDICE D - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO ADAPTADO PARA O FORMATO REMOTO</b> .....	39
<b>ANEXO A – ORGANOGRAMA CAMPUS ALEGRETE</b> .....	40
<b>ANEXO B - INFORMATIVO DE AÇÕES DO NUGEDIS 2019</b> .....	41
<b>ANEXO C – CALENDÁRIO ACADÊMICO 2021</b> .....	42

## PROJETO DE INTERVENÇÃO

### 1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da aluna: Daiana Marques Sobrosa

Nome da orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Título do projeto: Gênero, trabalho e educação: construindo saberes para uma prática libertadora

Instituição responsável: Universidade Federal de Santa Maria

Curso: Especialização em Estudos de Gênero Turma: 1/2019

### 2 JUSTIFICATIVA

Este projeto de intervenção é fruto dos conhecimentos construídos ao longo do curso de Especialização em Estudos de Gênero e será apresentado como trabalho de conclusão do curso (TCC). Atualmente, sou servidora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – *campus* Alegrete da carreira Técnico-administrativa, ocupante do cargo de Técnica em Assuntos Educacionais. Desenvolvo minhas funções no Setor de Assessoria Pedagógica, mas também sou integrante do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do *campus*.

Sendo assim, o interesse pessoal no campo dos Estudos de Gênero e o desejo de entender mais sobre o tema e aprofundar os conhecimentos para melhor atuar no Núcleo foram as razões que me levaram a fazer a inscrição na Especialização em Estudos de Gênero. Um dos propósitos desse trabalho, portanto, é desenvolver uma iniciativa que possa ser aplicada efetivamente, com o objetivo de intervir positivamente na realidade da instituição, contribuindo, dessa maneira, para qualificar as práticas educativas no que tange às questões de gênero.

A ideia desse projeto de intervenção é propor um curso de formação continuada, de aperfeiçoamento sobre Gênero, em interface com Trabalho e Educação, para servidores e servidoras do Instituto Federal Farroupilha – *campus* Alegrete, entendendo-os (as) como parte essencial no processo de construção e de

promoção de ideias e ações envolvendo as questões de gênero e suas interseccionalidades<sup>1</sup>.

Segundo Relatório de 2019, do Comitê Institucional do *HEforSHE*, no período indicado no relatório, havia 1.634 servidores no IFFar. Destes, 721 (53,3%) são mulheres e 643 (46,7%) são homens. Entre os servidores técnico-administrativos em educação (TAE), há 355 mulheres (53%) e 316 homens (47%). Os servidores docentes mulheres são 366 (53%) e homens, 327 (47%). Nesse relatório, no entanto, não há a especificação por campus, somente dados da instituição como um todo. Mas, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) referente ao período de 2019-2026, no campus Alegrete, ao total, são 181 servidores, sendo 82 TAEs e 99 docentes. Nesse Plano, entretanto, não havia maiores detalhamentos.

Para que se justifique a necessidade desse projeto, é importante que pensemos em um contexto mais amplo, ou seja, no panorama político-social dos últimos anos. Este é marcado pelo interesse na desinformação, veiculada por certos grupos da sociedade através da “ideologia de gênero”. Também é preciso levar em consideração um cenário mais específico: o contexto em que a instituição está inserida, sua história de constituição e as políticas de gênero que vêm sendo desenvolvidas em âmbito institucional (geral, isto é, para todos *os campi*) e local (em cada *campus*).

Segundo Richard Miskolci (2018), diversos pesquisadores apontam que, há cerca de 20 anos, se iniciou uma reação contra o uso do conceito de gênero em acordos internacionais sobre direitos humanos. Nas conferências internacionais, lideranças religiosas, assim como intelectuais laicos, criaram a noção de “ideologia de gênero” para definir o que entendiam como divergência entre o pensamento feminista e seus interesses. Para Sonia Corrêa (2017), o conceito de gênero trouxe consigo demandas envolvendo sexualidade, em particular, demandas das homossexualidades para a agenda dos direitos humanos, o que não agradou os setores conservadores da sociedade.

Em 1998, ainda de acordo com Miskolci (2018), o “fantasma” começou a se disseminar com a Conferência Episcopal da Igreja Católica do Peru, intitulada “A Ideologia de Gênero: seus perigos e alcances”. No Brasil, foi por meio das

---

<sup>1</sup> Baseando-se no conceito de Kimberlé Crenshaw, cunhado em 1989, Djamila Ribeiro (2016) argumenta que pensar a interseccionalidade é pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias consideradas de maneira isolada, mas sim de modo indissociável. É pensar como as opressões se combinam e se entrecruzam gerando outras formas de opressão.

discussões sobre os planos educacionais (em 2015) que o discurso da ideologia de gênero se espalhou pelo país, baseado na ideia de uma suposta ameaça às crianças e à família brasileira. Essa ideia foi propagada, inclusive, pelo atual presidente da república, na época deputado. A partir de então, iniciou-se uma perseguição aos ideais que preconizam a igualdade entre homens e mulheres, hetero e homossexuais. Estes são combatidos por “supostas pessoas de bem, as quais têm agido performaticamente como membros de uma espécie de cruzada moral” (MISKOLCI, 2018, p. 02).

Diante desse cenário político e social tenso forjado em nosso país, é necessário confrontar a desinformação e o discurso da “ideologia de gênero”, que traz consigo o objetivo de desqualificar e combater os avanços conquistados em termos de direitos sexuais e de gênero. O intuito dessa “cruzada”, segundo o autor, é promover a manutenção das relações de poder que se apoiam na subalternização daqueles e daquelas que o conceito de gênero acolhe dentro do humano, buscando garantir-lhes igualdade jurídica, segurança e direito à vida. É primordial, portanto, que se criem cada vez mais espaços em que se discutam as questões de gênero e sexualidade, trazendo o debate para o campo do conhecimento e enfatizando o caráter científico dos Estudos de Gênero na busca por desmistificar certos preceitos e opiniões.

Agora, voltando-nos para o contexto mais específico, reitera-se que o Instituto Federal Farroupilha – *campus* Alegrete foi o local escolhido para a realização do projeto de intervenção. A instituição está localizada no 2º Distrito do Passo Novo, a cerca de 30 km do município de Alegrete e 10 km do município de Manoel Viana, na região da fronteira oeste do estado. Essa região é bastante caracterizada por cultivar e manter vivo o tradicionalismo gaúcho, perpetuando, muitas vezes, o machismo e o preconceito enraizado nessas tradições herdadas de um sistema sociopolítico e cultural que ainda possui as marcas do patriarcalismo, do escravismo, da violência e da opressão.

As atividades do *campus* começaram em 1954, a partir da iniciativa do então Deputado Federal Rui Ramos, que pleiteou, junto à Secretaria Estadual da Agricultura, a criação de uma Escola Agrotécnica para atender aos jovens da Colônia do Passo Novo. A Escola Agrotécnica Federal de Alegrete se tornaria, posteriormente, o Instituto Federal Farroupilha. Para construir essa parte histórica da instituição, tomamos como subsídio o trabalho de dissertação de Ana Paula Ribeiro

(2015), intitulado *Memórias do campus Alegrete/Instituto Federal Farroupilha/RS: da Colônia do Passo Novo às vivências da Ditadura Civil-Militar*.

Segundo a autora, a origem da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete está ligada à criação do Núcleo Colonial do Passo Novo, em 1942. Isso porque, a partir do Decreto-Lei nº 2009, de 09 de fevereiro de 1940, o governo federal instituiu uma política de fixação das famílias no campo, através da implantação de pequenas propriedades organizadas em Núcleos Coloniais Agrícolas Nacionais. Tendo em vista as principais atividades econômicas da região, a agricultura e a pecuária, os primeiros cursos oferecidos estavam voltados a essas áreas.

De acordo com a pesquisadora, os primeiros cursos ofertados são os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola. Posteriormente, passa a ser ofertado o curso de Economia Doméstica, em caráter de extensão e com duração de um ano. Na época, os cursos agrícolas eram voltados ao público masculino e somente o curso de Economia Doméstica se destinava ao público feminino. Ainda conforme Ribeiro (2015, p. 91), “[...] as mulheres recebiam uma formação em que a prática pedagógica diária vinculava-se ao ensino de técnicas domésticas. O cuidar da casa, da família, cozinhar, costurar peças de vestuário, ter cuidados de higiene [...]”.

A restrição inicial ao ingresso de mulheres nos cursos agrícolas e a criação de um curso que, supostamente, atenderia a esse público denotam claramente a tentativa expressa de regular os espaços e os papéis de gênero. O curso de Economia Doméstica, como o próprio nome já demonstra, associa a mulher à “vida do lar”, “à vida doméstica”, aos cuidados da casa (cozinhar, limpar, etc.) e da família (filhos, marido, etc.).

Esse discurso nos leva, na prática, a entender a divisão sexual do trabalho, na medida em que aponta o que vem sendo “definido historicamente como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher” (FLÁVIA BIROLI, 2018, p.21). Ademais, ele também conduz ao entendimento de gênero enquanto uma construção social, “uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (JOAN SCOTT, 1989, p. 07).

Seguindo as determinações legais das políticas de ensino da época, a escola acaba por desempenhar, portanto, uma função crucial na construção histórica das identidades hierarquizadas e dos papéis sociais impostos aos corpos sexuados. Nesse contexto, somente a partir da década de 60 é que os cursos agrícolas da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete começam a admitir turmas mistas.

Anos após, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete passa a ser uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, mais especificamente em 20 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892. Com essa Lei, o Instituto Federal Farroupilha origina-se, então, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto, que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Atualmente, o *campus* Alegrete conta com 16 cursos em sua totalidade, abrangendo educação básica, superior e pós-graduação, nas diferentes modalidades de ensino. Com a criação do Instituto Federal Farroupilha e sua consequente ampliação também surgiu a necessidade de planejamento e desenvolvimento de Diretrizes e Políticas institucionais. Entre essas últimas, destacamos a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Farroupilha, da qual se originou o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFFar. Segundo essa política:

O reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades (POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO, 2013, p. 04).

Esse documento já previa, enquanto meta, além de outras ações, a criação do NUGEDIS, integrando a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), vinculada à Direção de Ensino (conforme organograma – Anexo A), junto a dois outros Núcleos, na época já consolidados: o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Com um regulamento próprio e representantes de toda a comunidade acadêmica, entre membros efetivos e colaboradores, o NUGEDIS passa a ter, assim, a finalidade de “desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, proporcionando debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual” (Res. CONSUP nº 023/2016).

Nesse sentido, considerando o espaço educativo enquanto “um espaço em que entram em confronto e em diálogo diferentes sujeitos e diferentes modos de significação do mundo, o que inclui modos diversos de criar sentido para a sexualidade, para o gênero, para si e para os outros” (ALEXANDRE BORTOLINI, 2011, p. 05), o Núcleo passa a ter uma função primordial e, ao mesmo tempo, um grande desafio no que se refere ao desenvolvimento de uma prática institucional que favoreça a reflexão e o diálogo entre esses diferentes sujeitos, o reconhecimento dos diferentes modos de significação e que combata os preconceitos, as desigualdades e as opressões.

No *campus* Alegrete, o NUGEDIS começa seu trabalho em 2017, por meio da Portaria nº 44, de março de 2017. Analisando os relatórios das atividades da CAI dos anos de 2018 e 2019, nos quais constam as ações do NUGEDIS, e também um informativo de 2019 (Anexo B), é possível verificar que as ações, projetos e atividades são bastante diversificadas, abrangendo diferentes temáticas dentro das questões de gênero e diversidade sexual, por meio de diferentes formatos de realização (mesa-redonda, palestras, exposições, etc.). As iniciativas se direcionam, primordialmente, ao segmento discente do *campus*. Conforme os relatórios, fizemos o seguinte levantamento das atividades (as ações estão intituladas de acordo com o título apresentado no relatório):

Tabela 1 – Ações do NUGEDIS

<b>AÇÕES NUGEDIS 2018</b>	<b>AÇÕES NUGEDIS 2019</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades alusivas à Semana da Mulher 2018, destinadas a discentes e servidores(as);</li> <li>- Atividade no dia internacional contra a homofobia, destinada à comunidade acadêmica em geral;</li> <li>- Encontros e reuniões periódicas do Núcleo;</li> <li>- Participação na Feira do livro de Alegrete;</li> <li>- Produção do documentário “Aconteceu comigo”;</li> <li>- Campanhas de conscientização sobre o preconceito;</li> <li>- Participação no Festival de curtas “Minuto pela não violência contra a mulher”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação na I Semana Vivas de Alegrete - na luta pela vida das mulheres. Trouxe para o <i>campus</i> a exposição poética e literária “Pé de Amoras”, organizada pela Amoras ONG, além de conversa com os(as) alunos(as) sobre Violência doméstica e Lei Maria da Penha;</li> <li>- Atividades nas Escolas de Alegrete e Manoel Viana com palestras sobre a atuação do NUGEDIS, o feminismo, o machismo e a violência contra a mulher, bem como a apresentação dos curtas produzidos pelos(as) alunos(as) no Festival “Minuto pela não violência contra a mulher”;</li> <li>- Mesa-redonda Maternidade Real,</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto de Ensino Encontro com o Nuggedis- consistia em rodas de conversa com convidados(as) e com os(as) alunos(as).</li> </ul>	<p>destinada a alunas e alunos dos cursos superiores, com uma abordagem sobre os desafios da maternidade, violência obstétrica e parto humanizado;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Papo de Resposta” no IFFar - projeto da Polícia Civil nas Escolas - Palestra para os alunos sobre combate à violência, à homofobia e ao <i>bullying</i>;</li> <li>- Movimento Eles por Elas - Rodas de conversa com os (as) alunos (as) sobre masculinidade tóxica e novas masculinidades;</li> <li>- Oficinas do Dia do Servidor - Oficina de estêncil em camiseta com o Coletivo Feminista Maria Baderna;</li> </ul>
---	---

Fonte: Elaborada pela autora.

A maior parte das atividades do Núcleo não possui continuidade de um ano para outro: são ações eventuais e independentes entre si, apesar de serem realizadas em fluxo contínuo. As reuniões periódicas, a participação em feiras e as campanhas de conscientização são as únicas exceções, pois são iniciativas permanentes e no ano de 2019, apesar de não destacadas, elas também ocorreram.

Como podemos perceber no detalhamento das ações de 2018 e 2019, até o momento, nenhum curso de formação sobre Gênero foi pensado para os servidores e servidoras do *campus*. As ações voltadas para esse público acontecem, mas são mais pontuais e esparsas.

Sendo assim, considerando que, ao longo do tempo, as escolas e outras instâncias sociais e culturais desempenharam um papel decisivo na construção histórica e hierarquizante dos gêneros e das sexualidades, faz-se urgente que essas mesmas instituições trabalhem para ressignificar as práticas educativas. Estas contribuíram, de acordo com Guacira Lopes Louro (2000), para uma normatização dos corpos, atuando por meio de uma pedagogia do disciplinamento, dentro do que se entende como representação de masculinidade e feminilidade.

De acordo com Daniela Auad (2006), nossa sociedade hierarquiza o feminino e o masculino, produzindo desigualdades nas relações de gênero. E a educação, no contexto da socialização, tem reproduzido essas desigualdades. Para a pesquisadora, somente uma perspectiva de gênero, baseada no princípio da coeducação, poderá promover mudanças nas relações de gênero na escola.

A coeducação seria um modelo de gerenciar as relações de gênero na escola que permitiria a ressignificação das ideias sobre feminino e masculino. Uma política educacional que é responsável por prever um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, com o intuito de alcançar a equidade de gênero. Entre essas medidas e ações estão: uma avaliação crítica da prática pedagógica, tendo em vista uma perspectiva de gênero, revendo atitudes tradicionais; mudanças de metodologia; elaboração de projetos; e reorganização dos espaços, das atividades e das cores, incluindo igualmente meninos e meninas. A autora discorre, ainda, sobre a importância de se trabalhar sob o princípio da coeducação na formação docente.

Para ir além, portanto, visando promover uma educação libertadora, não sexista e baseada em uma perspectiva de gênero, as questões que envolvem gênero, bem como suas interseccionalidades, precisam romper barreiras, devendo ser discutidas também em sala de aula. Além disso, elas devem estar incorporadas ao cotidiano, e não somente nas atividades do Núcleo. A existência de uma legislação que, ao menos teoricamente, já defende e preconiza esse ideal, conforme veremos mais adiante, no referencial teórico, já demonstra um avanço, mas, muitas vezes, parece que isso não se efetiva na prática.

Com isso, percebemos que as práticas educativas só serão ressignificadas, realmente, se os principais agentes e produtores dessas práticas (ou seja, docentes e técnicos administrativos, os servidores e servidoras da instituição) entenderem a importância de uma educação não sexista e baseada em uma perspectiva de gênero. Embora pareça distante o passado regulador da instituição, que fomentou desigualdades nas relações de gênero, ainda hoje o NUGEDIS acolhe relatos de alunas que denunciam um tratamento desigual nos cursos, tanto das áreas rurais como das áreas tecnológicas, o que demonstra a necessidade de formações na área de gênero.

E, para além de mudanças nas práticas educativas, esses conhecimentos também podem proporcionar uma tomada de consciência quanto ao papel que exercemos enquanto servidores e servidoras da educação na sociedade como um todo. Essa reflexão pode levar ao desenvolvimento pessoal e profissional dos(as) envolvidos(as), colaborando, assim, para mudanças mais estruturais e profundas na instituição e na sociedade.

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

O presente projeto de intervenção tem como finalidade realizar a proposta de um curso de formação continuada/aperfeiçoamento para servidores e servidoras do IFFar- campus Alegrete, visando contribuir com o desenvolvimento pessoal e profissional dos(as) envolvidos(as) no que tange às questões de gênero, tendo em vista a concepção de educação como processo permanente e humanizante de criação de conhecimento para a ação transformadora da realidade.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Planejar as atividades (palestras, rodas de conversa ou *lives*, oficinas, cine-debates, fóruns, etc.) que serão desenvolvidas dentro do curso de formação, disponibilizando também materiais complementares no *Moodle*;
- Organizar materiais como formulário de inscrição, de avaliação e material de divulgação do curso;
- Propiciar momentos de reflexão e construção de conhecimento sobre gênero;
- Promover espaços de prática, de troca e de diálogo sobre as temáticas desenvolvidas;
- Possibilitar, ao final do curso, a construção de uma prática educativa não sexista, mais democrática e libertadora.

### 4 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 4.1 GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONCEITOS BASILARES

Por meio de uma revisão bibliográfica, a partir de estudos da área da Educação e da área de Estudos de gênero, desenvolveremos brevemente alguns conceitos e noções determinantes para o entendimento desse trabalho. A primeira delas será a noção de gênero, já mencionada rapidamente na justificativa desse projeto.

A adoção do conceito de gênero na Teoria Feminista tornou esse um campo científico, sendo compreendida como um divisor de águas no Movimento Feminista. A determinação do conceito e a sua história de constituição estão estreitamente ligados à história da luta feminista, conforme Louro (1997). Para a autora, são partes constituintes do movimento contemporâneo, estando gênero “implicado linguística e politicamente em suas lutas” (1997, p. 18).

De acordo com Joan Scott (1989), o conceito de gênero estabeleceu um marco no que diz respeito à atribuição de uma legitimidade acadêmica aos estudos feministas dos anos 1980. A autora define gênero enquanto uma construção social, uma criação essencialmente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres, uma organização social da relação entre os sexos. Na mesma linha, Louro (1997) vai explicar que não são, necessariamente, as diferenças sexuais que vão definir o que é masculino e feminino em uma determinada sociedade e momento histórico, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou que se pensa sobre elas. A autora ainda ressalta que a ideia não é negar a biologia, mas destacar a construção histórica e social produzida sobre as características biológicas dos corpos sexuados, recolocando o debate no campo social, já que é nele que se constituem as relações desiguais entre os sujeitos.

Ainda de acordo com as autoras, o gênero não determina diretamente a sexualidade, apesar de muitas pessoas confundirem ambos os conceitos erroneamente. As identidades sexuais se constituem, conforme Louro (1997), através das formas como os sujeitos vivem sua sexualidade: com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as.

Além do conceito de gênero, outras definições importantes que nortearão a ideia desse projeto são as noções de trabalho e educação. Segundo Milena Carvalho (2016), o trabalho sempre esteve relacionado à questão do desenvolvimento humano nos mais diversos âmbitos: no social, no econômico, no ético, etc. A necessidade de consumo, cada vez mais imperativa no capitalismo, torna o trabalho algo compulsório para a maioria da população que não detêm a posse/propriedade dos meios de produção.

De acordo com a autora, “a monetarização do consumo torna obrigatória a venda do trabalho” (CARVALHO, 2016, p. 59). Ele passa a estar ligado, então, às relações de poder e à desigualdade entre classes no capitalismo. Aqueles que possuem capital “compram” o trabalho dos que não possuem, o que faz com que a sociedade contemporânea considere como trabalho apenas o que tem valor monetário. Isso explica a desvalorização e a invisibilidade do trabalho doméstico, do trabalho do cuidado na família e do trabalho não remunerado.

A partir das ideias de Cynthia Sarti (1997), a autora também vai tratar sobre os diferentes sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade capitalista, tendo em vista um recorte de classe. Para ela, “a ideia de realização pessoal, carreira e sucesso a

partir do trabalho se fortalece quanto mais distante o trabalho estiver da necessidade econômica e da subsistência” (SARTI, 1997 apud CARVALHO, 2016, p. 61).

Diferente da realização pessoal, associada ao sucesso e ao *status*, ou da necessidade da subsistência, o sentido de trabalho, na concepção marxista, de nenhuma forma se relaciona ao sentido atribuído dentro dessas duas realidades forjadas no capitalismo contemporâneo. Conforme Marx e Engels (1974 apud SAVIANI E DUARTE, 2012), o homem vai se distinguir dos animais a partir da ação de produzir seus meios de vida, sendo esse ato qualificado como trabalho.

Segundo Demerval Saviani (2012), a humanidade se constitui enquanto humanidade no e pelo trabalho, que vai além da produção material. Newton Duarte (2012) ainda pondera, no capítulo “Luta de Classes, Educação e Revolução”, que, em toda a obra de Marx, é possível verificar a ideia de que a superação da alienação produzida no/pela sociedade capitalista somente será possível quando o trabalho puder desenvolver o ser humano de forma omnilateral. O trabalho, portanto, na concepção marxista, tem caráter humanizante e libertador.

A Educação, na concepção freireana, possui caráter semelhante. De acordo com Paulo Freire (2019), a Educação, a partir de uma pedagogia da liberdade, pode ajudar na construção de uma política popular, pois a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modo de dominação e de violência. Para isso, entretanto, é necessária uma pedagogia em que tanto educador como educando sejam pessoas livres e críticas e aprendam a partir da tomada de consciência da situação que vivem. Isso porque, para Freire (2019), somente a partir dessa tomada de consciência é que se pode desenvolver o conhecimento, que nada mais é do que o produto da práxis, da ação sobre o mundo, da reflexão-ação verdadeiramente transformadora da realidade.

A Educação, portanto, deve transformar o educando em sujeito, e não objeto da educação. Esta última deve ser problematizadora e dialógica, levando à libertação por meio da responsabilidade política e social, do desenvolvimento da autonomia e da capacidade de decisão. A educação, para o autor, também é um processo permanente, pois somos seres inacabados e inconclusos e a consciência dessa incompletude forma as raízes da educação como processo permanente.

Com base no materialismo histórico-dialético, Saviani (2012) argumenta, então, que trabalho e educação são “elementos de uma totalidade”. De acordo com o autor, “[...] tendo em vista que é o trabalho que define a essência humana,

podemos considerar que está aí a referência ontológica para se compreender e reconhecer a educação como formação humana” (SAVIANI, 2012, p.132). O autor ainda vai fazer referência à noção postulada por Gramsci (1975 apud SAVIANI, 2012) de “trabalho como princípio educativo”, ressaltando que, no âmbito do marxismo, o trabalho tem sido uma categoria fundamental para se compreender o sentido da educação.

Este, enquanto elemento fundante e determinante da vida humana, desempenhará o mesmo papel em relação à educação, designando como ela será constituída e organizada, conforme o autor. Portanto, trabalho e educação estão correlacionados e são indissociáveis.

#### 4.2 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GÊNERO: MARCOS LEGAIS

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, é a legislação maior que estabelece as Diretrizes e as bases da educação nacional. A educação, conforme a LDB (1996, p. 01), abrange “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A educação, como bem vemos, é um processo formativo contínuo e abrangente, que não se restringe apenas ao saber e às experiências adquiridas ao longo do processo escolar. Tendo isso em vista, ressaltamos que a LDB visa regular a educação escolar, que ocorre por meio do ensino em instituições próprias.

Conforme essa legislação, a educação escolar brasileira está organizada em dois níveis: Educação básica, formada pelas etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e Educação Superior. Além desses níveis, a educação escolar também acontece a partir de diferentes modalidades de ensino, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação a Distância, entre outras.

Além da concepção de educação e de sua forma de organização, esse documento também definirá as bases sobre formação continuada e capacitação dos profissionais da educação. Segundo a LDB, a União, juntamente com estados e municípios, deverá promover a formação inicial, a formação continuada e a capacitação dos profissionais da educação. As duas últimas poderão ser oportunizadas por meio de recursos e tecnologias da Educação a Distância. Ainda

segundo o texto, os sistemas de ensino deverão estimular a valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes, também, as oportunidades de aperfeiçoamento profissional.

Tendo em vista o aperfeiçoamento profissional, o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, vai instituir a Política de Desenvolvimento de pessoal na Administração pública direta, autárquica e fundacional. Entre os objetivos desta política, destacamos o desenvolvimento permanente do servidor público, objetivo que vai ao encontro da educação e da formação enquanto uma construção e um processo contínuo de reflexão e elaboração de conhecimento. Essa Política vem sofrendo diversas alterações nos últimos anos: o Decreto acima mencionado já foi revogado, substituído pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Este foi ainda modificado pelo Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020.

No contexto do Instituto Federal Farroupilha, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um dos principais documentos que nortearão a política de qualificação dos servidores e servidoras. Conforme o PDI, a qualificação é entendida “como um processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor constrói conhecimentos e habilidades” (PDI, 2018, p. 99). Ela é um dos princípios fundamentais para uma instituição que prima pela oferta de uma educação de qualidade. Nesse sentido, a promoção da formação permanente, da capacitação e da qualificação, alinhadas à missão, à visão e aos valores institucionais, é uma necessidade permanente.

Assim como é importante delimitar alguns marcos legais referentes ao desenvolvimento e à qualificação dos servidores e servidoras, a fim de subsidiar essa proposta de projeto de intervenção, também se faz necessário especificar algumas legislações que tratam da questão de gênero na Educação.

Dentro dos princípios da educação, na LDB, algumas questões importantes são contempladas na textualidade do documento: a consideração com a diversidade étnico-racial; a igualdade de condições para o acesso e a permanência; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e a arte; o saber, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; e o respeito à liberdade e apreço à tolerância. Embora seja possível argumentar que a questão de gênero está implícita nos princípios citados, é válido ressaltar que ela não aparece explicitamente nesse documento, assim como na Base Nacional Comum Curricular.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o principal documento que definirá as diretrizes para o desenvolvimento dos conteúdos essenciais, das competências, dos itinerários e das aprendizagens pretendidas na Educação Básica, organizando o conteúdo a ser desenvolvido no sistema de ensino brasileiro. Junto dela, mas não menos importantes, outros documentos também acabarão por traçar conteúdos e conhecimentos a serem desenvolvidos. É o caso do Parecer nº 08 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), de março de 2012, e a Resolução do CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.

A temática de gênero aparece como conteúdo especial obrigatório nos dois últimos documentos citados. A nova BNCC, homologada em 2018, embora exclua o termo “gênero”, estabelece como fundamentais o reconhecimento da diversidade e da diferença como parâmetro para uma educação para a mudança e para a transformação social. Todavia, sabe-se que esse “silenciamento” ou “apagamento” do termo gênero, na nova BNCC, é significativo sob o ponto de vista das escolhas discursivas, tendo possivelmente relação com o “fantasma” da ideologia de gênero criado em nosso país nos últimos anos. Sobre isso, Miskolci (2018, p. 08) argumenta:

A censura ao termo gênero nos planos educacionais- assim como a outros como identidade de gênero- não é mera questão semântica, mas ação deliberada de impedir o aprendizado de meios para a demanda de igualdade e autonomia por parte de mulheres, assim como o de direitos fundamentais como segurança e respeito à própria vida no caso dos homossexuais, pessoas trans entre outrxs.

O Parecer nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012 do CNE/CP estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Segundo o Parecer:

[...] os Direitos Humanos têm se convertido em formas de luta contra as situações de desigualdades de acesso aos bens materiais e imateriais, as discriminações praticadas sobre as diversidades socioculturais, de identidade de gênero, de etnia, de raça, de orientação sexual, de deficiências, dentre outras e, de modo geral, as opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais. (PARECER CNE/CP 08/2012, p. 03)

Para atender, então, as premissas de uma Educação em Direitos Humanos, os estabelecimentos de ensino deverão inserir os conhecimentos concernentes a essa área em seus currículos, na Educação Básica e Superior, de maneira transversal (por meio de temas tratados interdisciplinarmente), disciplinar (por meio

de conteúdo de uma disciplina já existente) ou mista (de maneira transversal e disciplinar).

Tomando como exemplo a realidade do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – *campus* Alegrete, local em que se aplicará o presente projeto de intervenção, escolheu-se a primeira opção, isto é, trabalhar os conteúdos relacionados aos Direitos Humanos, o que inclui a temática de gênero, por meio da transversalidade. Assim, essa abordagem se dará dentro das disciplinas e também por meio de atividades, ações e projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do IFFar, conforme consta no Projeto Pedagógico dos cursos.

Outro marco legal importante é a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Segundo essa diretriz, os projetos de formação, além de outros aspectos, devem contemplar “as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2/2015, p. 01).

Ainda conforme esse documento, a formação dos profissionais do magistério deve assegurar o cumprimento da base comum nacional e fundamentar-se na concepção de educação como processo emancipatório e permanente. Sua tarefa é garantir, assim, que esses profissionais contribuam para a superação das exclusões em todos os âmbitos e para a consolidação de uma educação inclusiva “através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras” (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2/2015, p. 06). Para isso, de acordo com a Resolução (2015, p. 11), os cursos de formação deverão garantir em seus currículos:

[...] conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (RESOLUÇÃO CNE/CP nº02/2015, p.11)

Até essa etapa, foram discutidos os principais conceitos que norteiam o presente projeto, sendo eles os conceitos de gênero, trabalho e educação, bem como apresentadas algumas das principais legislações referentes à questão do aperfeiçoamento profissional e de gênero no currículo. Discorreremos nos próximos tópicos, então, sobre a forma de organização do presente projeto, isto é, como este está sendo pensado para ser colocado em prática.

## 5 METODOLOGIA

O projeto de intervenção será desenvolvido no Instituto Federal Farroupilha – *campus* Alegrete e consistirá em um curso de formação continuada/aperfeiçoamento sobre Gênero, que será destinado aos servidores e servidoras do campus. O objetivo final esperado é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos(as) envolvidos(as) no que tange às questões de gênero, tendo em vista a concepção de educação como processo permanente e humanizante de criação de conhecimento para a ação transformadora da realidade.

Com esse propósito, o curso será realizado a partir de dois eixos formativos: Eixo formativo I: Gênero: Noções Básicas; e Eixo formativo II: Gênero, Educação e Trabalho. Cada eixo formativo será organizado em unidades temáticas que serão desenvolvidas por meio de diferentes atividades, palestras, rodas de conversa, oficinas, cine-debates, fóruns e conteúdos em ambiente virtual de aprendizagem, totalizando 40h de carga horária.

O curso está sendo pensado para o segundo semestre de 2021, podendo ocorrer de setembro a dezembro, com periodicidade quinzenal. Poderão se inscrever no curso servidores e servidoras lotados(as) no *campus* Alegrete, tendo como critério de seleção a ordem de inscrição. Inicialmente, serão disponibilizadas 30 vagas; havendo uma procura maior, novas edições do curso devem ser realizadas nos semestres posteriores. As inscrições serão realizadas através de um formulário (Apêndice A), que será divulgado antecipadamente.

Antes da realização do curso, no primeiro semestre de 2021, deverá ser feita a apresentação da proposta para o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do *campus* e para a Equipe de Gestão do Ensino, isto é, para a Coordenação de Ações Inclusivas, para a Direção de Ensino e para a Coordenação Geral de Ensino, com o intuito de discutir a viabilidade do projeto, abrindo o diálogo também para novas ideias e contribuições/sugestões. Sendo aceita a ideia de desenvolvimento do

projeto, posteriormente, porém ainda no primeiro semestre, deverá ser realizado contato com profissionais internos ou externos à instituição com o objetivo de que contribuam com seus conhecimentos dentro de cada unidade temática que deverá compor os eixos formativos. Estes últimos são:

- Eixo formativo I - Gênero: Noções básicas
  - 1ª Unidade Temática - Gênero, raça e classe;
  - 2ª Unidade Temática - Feminismo(s) e patriarcado;
  - 3ª Unidade Temática - Identidades de gênero e sexualidade.
  
- Eixo Formativo II - Gênero, Educação e Trabalho
  - 1ª Unidade Temática - Gênero no contexto Escolar;
  - 2ª Unidade Temática - Gênero no currículo: Marcos legais;
  - 3ª Unidade Temática - Divisão Sexual do Trabalho;
  - 4ª Unidade Temática - Políticas de gênero e combate à violência;

Cada unidade temática será, primeiramente, desenvolvida por meio de uma palestra ou roda de conversa com convidados(as). Ao final de cada eixo formativo, como fechamento e forma de mobilizar os conhecimentos construídos, estimulando as trocas, será proposto um cine-debate ou oficina sobre algum dos temas desenvolvidos. Também será aberta uma turma no *Moodle* para a disponibilização de material complementar e a criação de fóruns de debates ao final de cada eixo formativo.

O curso deverá ser realizado na modalidade presencial. Porém, tendo em vista o contexto da pandemia de Covid-19, se até o momento de realização do curso as atividades presenciais não tiverem sido retomadas, as palestras e rodas de conversa poderão ser realizadas no formato de *lives*, por exemplo. Entretanto, uma nova metodologia deverá ser organizada, sendo todas as atividades, materiais e estratégias adaptadas para o formato remoto com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação e de redes comunicacionais, como veremos mais adiante.

Assim como o formulário de inscrição, também será elaborado e disponibilizado antecipadamente o material de divulgação do curso (Apêndice B), no qual constará a programação do projeto: a forma de organização do curso, com suas temáticas, previsão de início e previsão de final, a periodicidade, a certificação e as

informações sobre as inscrições. Ainda, ao final, todos os participantes deverão responder um formulário de autoavaliação e avaliação do curso (Apêndice C). A seguir, formulamos uma sistematização da metodologia em etapas de realização do projeto.

## 5.1 SISTEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA

Etapa 1 – Definição do escopo do projeto e revisão;

Etapa 2 – Apresentação do projeto ao NUGEDIS e à Gestão do ensino do *campus*;

Etapa 3 – Realização de contato com os profissionais internos e externos que poderão contribuir no desenvolvimento das temáticas de cada eixo formativo;

Etapa 4 – Revisão do material de divulgação e do formulário de inscrição e de avaliação;

Etapa 5 – Realização do curso;

Etapa 6 – Avaliação.

## 5.2 ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA AO PERÍODO REMOTO

O fato de o projeto ter sido pensado inicialmente no formato presencial tornou sua aplicação pouco tangível tendo em vista o contexto da pandemia de COVID-19 e as incertezas sobre uma possível retomada das atividades presenciais para 2021. Tudo isso, então, exigiu uma adaptação metodológica do curso ao período remoto. Com o intuito de colocá-lo em prática mesmo sem o retorno das atividades presenciais, a ideia é realizá-lo na modalidade a distância, por meio de um ciclo de palestras no formato de *lives*. O projeto se manterá destinado a servidores e servidoras do IFFar- campus Alegrete e os eixos formativos e unidades temáticas também se manterão os mesmos.

O formato remoto possibilitará a ampliação do número de vagas, tendo em vista que não será necessária a utilização de espaços físicos. Nesse caso, serão ofertadas 60 vagas. As inscrições serão realizadas da mesma forma, mediante preenchimento do formulário de inscrição (Apêndice A), sendo o critério de seleção a ordem de inscrição.

Cada unidade temática será desenvolvida por meio de uma palestra no formato de *live*. Serão 7 (sete) *lives*, ao total, com periodicidade quinzenal, realizadas de setembro a dezembro de 2021. O *link* de acesso para cada palestra será disponibilizado aos inscritos e às inscritas, antecipadamente, através do email

cadastrado no formulário de inscrição. No dia da realização da *live*, os(as) presentes deverão assinar a lista de presença, que será gerada através do *Google forms* e compartilhada através de *link*. Também será aberta uma turma, referente ao curso, no ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*. Ao final de cada *live*, será iniciado um fórum de debate e também será disponibilizado material complementar sobre o tema desenvolvido. O curso, no formato remoto, totalizará a carga horária de 30h.

Assim como no formato presencial, o material de divulgação (Apêndice D) será apresentado anteriormente com as informações mais importantes sobre o curso. Cabe ressaltar, também, que as etapas descritas na Sistematização metodológica, item 5.1, não sofrerão alteração. Independente do contexto e do formato do curso, todas as etapas deverão ser seguidas de acordo com o período estipulado.

## 6 RECURSOS

Para a execução do presente projeto, necessitaremos da colaboração da gestão do ensino e dos integrantes do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, bem como da Coordenação de Ações Inclusivas do *campus*. Além disso, serão convidados profissionais do próprio *campus*, ou de outros *campi* do IFFar e de instituições externas, para ministrarem as palestras ou participarem das rodas de conversa, a fim de contribuírem com seus conhecimentos a respeito das temáticas a serem trabalhadas.

Entre recursos materiais, serão necessárias pastas, folhas A4 brancas e canetas para os(as) participantes inscritos(as), além de espaço com *data show*, quadro e canetas para quadro branco, água para os(as) palestrantes e uma recordação do *campus* (agenda, caneca, cooler, chaveiro, etc.), que geralmente é ofertada aos convidados(as). Cada participante também deverá fazer uso de seu computador, *notebook* ou *smartphone* pessoal ou funcional para acessar o ambiente virtual de aprendizagem no *Moodle*, assim como ler, consultar os materiais complementares e participar dos fóruns de debates ao final de cada eixo formativo. O formulário de inscrição será gerado no *Google Forms*, podendo ser preenchido através do acesso ao *link*. Assim, se exclui a necessidade de impressão. O material de divulgação também será veiculado por e-mail e redes sociais.

Financeiramente, se aceito, o projeto pode ser mantido com recursos próprios da Coordenação de Ações Inclusivas – *campus* Alegrete. Mas o projeto

também pode ser cadastrado como Projeto de Ensino ou, ainda, no Programa Institucional de Desenvolvimento (PID), para obter recursos próprios, custear material e pagar palestrantes e bolsistas, se for necessário. Cabe lembrar que, se cadastrado no Programa Institucional de Desenvolvimento, as inscrições, bem como a avaliação final do curso, são feitas através do sistema institucional (SIG).

## 6.1 RECURSOS ADAPTADOS AO PERÍODO REMOTO

Em termos de recursos, a adaptação do projeto para a modalidade a distância, resultará, sobretudo, em mudanças nos recursos materiais que serão necessários, havendo uma redução nesse sentido. Cada participante poderá acessar os conteúdos de sua casa, fazendo uso de seu computador, *notebook* ou *smartphone* pessoal ou funcional para assistir e participar das *lives*, acessar o ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* para participar dos fóruns de debates ao final das cada unidade temática, assim como ler e consultar os materiais complementares.

Para isso, os (as) participantes do curso deverão possuir internet *wi-fi* ou fazer uso de pacotes de dados de internet. As *lives* serão transmitidas pelo *Youtube*, através dos recursos da plataforma *StreamYard*, no canal da Coordenação de Ações Inclusivas do campus Alegrete, onde também ficarão disponíveis para quem desejar assistir posteriormente. O formulário de inscrição será gerado no *Google Forms*, podendo ser preenchido através de acesso ao *link* que será veiculado por e-mail e redes sociais, assim como o material de divulgação do curso. Em termos de recursos humanos e financeiros, não serão necessárias alterações.

## 7 CRONOGRAMA

Este projeto de intervenção começará a ser desenvolvido a partir do primeiro semestre de 2021, estando as fases apresentadas na tabela abaixo, as quais foram delineadas no item 5.1 Sistematização metodológica:

Tabela 2 – Descrição do cronograma proposto para o curso

Atividades	Ano 2021
------------	----------

	1º Sem		2º Sem	
	Abr/ Mai	Jun/Jul	Set/Out	Nov/Dez
Etapa 1	X			
Etapa 2	X			
Etapa 3		X		
Etapa 4		X		
Etapa 5			X	X
Etapa 6				X

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com o calendário acadêmico de 2021 (Anexo C), março e agosto são meses em que há recesso. Por tal razão, esses meses não constam no cronograma, visto que, em grande parte deles, não há atividades acadêmicas.

## 8 AVALIAÇÃO

O acompanhamento e avaliação dessa ação serão feitos em termos qualitativos e quantitativos, tendo em vista o resultado que se espera com a realização desse curso de aperfeiçoamento. Esperamos, com a efetivação desse projeto, promover a qualificação dos servidores e servidoras, fazendo com que a reflexão e o conhecimento gerados se convertam em prática, em ação transformadora da realidade. O objetivo é a construção de uma educação não sexista, mais igualitária e libertadora.

Em termos quantitativos, para avaliarmos o alcance e o impacto do curso, consideraremos o número de inscritos em comparação ao número de alunos e alunas que devem finalizar o curso. Também é importante considerar o quantitativo de procura e interesse pelo curso, que será determinante para delinear novas perspectivas e a formação de novas turmas. Em termos qualitativos, observaremos aspectos como envolvimento, participação e aproveitamento nas atividades desenvolvidas.

Outra forma de avaliarmos qualitativamente se baseará na aplicação de um questionário próprio desenvolvido para autoavaliação e avaliação do curso. Esse formulário contemplará os seguintes aspectos:

- Autoavaliação: desempenho no curso, motivação, nível de obtenção de novos conhecimentos, segurança para aplicar os conhecimentos adquiridos, possibilidade de mudanças na prática pessoal e profissional;
- Avaliação do curso: adequação do conteúdo e da carga-horária do curso, aplicabilidade dos conhecimentos desenvolvidos, atuação do(a) ministrante/do(a) convidado(a), metodologia/didática utilizada, adequação das instalações e dos equipamentos, pontos fortes e fracos no curso e sugestões ou comentários.

Concebendo a formação enquanto processo que se efetiva ao longo da vida, e não somente em um único momento, certamente nem todos os conhecimentos concernentes à área de gênero serão desenvolvidos e nem todas as dúvidas serão sanadas com a realização de um único curso. Por isso, é importante destacar também que a avaliação do curso servirá para pensarmos novas temáticas e novas estratégias de formação sobre gênero, podendo servir de subsídio para as próximas ações do NUGEDIS.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cursar a Especialização em Estudos de Gênero me oportunizou, enquanto mulher cis, branca, feminista, servidora, integrante do NUGEDIS, filha, irmã, aluna, perceber e reconhecer as infinitas identidades que nos formam e nos/se entrecruzam. Assim como perceber, novamente, as infindáveis possibilidades e caminhos que o conhecimento nos proporciona. Espero que as reflexões, as experiências, e os conhecimentos que o curso me propiciou se transformem, por meio deste projeto, em reflexões, conhecimentos e experiências para outros e outras. E que tudo isso possa resultar em um novo olhar sobre nossas práticas, um novo olhar sobre as relações e sobre o mundo.

Diante de todo o cenário político- social atual, certamente os desafios não serão poucos, mas, como afirma Paulo Freire, se a educação não pode tudo, algo fundamental a educação pode. “O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem

transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar.” (FREIRE, 2020, p. 110) Sendo assim, seguimos em frente, seguimos na luta.

## REFERÊNCIAS

- AUAD, Daniela. Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares. **Pro-Posições**, Campinas – SP, v. 17, n. 3, p. 137-149, set/dez. 2006.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do trabalho. In: BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORTOLINI, Alexandre. Diversidade Sexual e de Gênero na Escola. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 27-37, ago. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 8, de 06 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category\\_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 24 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em: 26 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 04 dez. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC** (proposta). Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 27 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm). Acesso em: 22 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020**. Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta,

autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10506.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10506.htm). Acesso em: 22 nov. 2020.

CARVALHO, Milena B. F. de Oliveira-Cruz. **Dona de Casa e da Própria vida?** Leituras sobre o trabalho feminino na publicidade por mulheres da nova classe trabalhadora. 2016. 327 p. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Comunicação) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

CORRÊA, Sônia. **Algumas palavras sobre Ideologia de gênero:** rastros perdidos e pontos cegos. Realização de Colóquio Gênero Ameaça(N)Do: Análises e Resistências. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2017. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/sxpolitics>. Acesso em: 04 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Farroupilha** - agosto de 2013. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 023/2016, de 24 de maio de 2016**. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP nº 015/2014 que dispõe sobre as Ações Inclusivas na Reitoria e dos campi e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Relatório das atividades da Coordenação de Ações Inclusivas- campus Alegrete**, 2018.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Relatório das atividades da Coordenação de Ações Inclusivas- campus Alegrete**, 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Relatório Comitê Institucional HEforSHE**, 2019. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas/heforshe>. Acesso em: 10 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Projetos Pedagógicos de Curso**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-alegrete>. Acesso em: 26 nov. 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/16855/7caba4b6d6c7e3b0f9dfda0f3e2b7c35>. Acesso em: 04 dez. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias de sexualidade. In:\_\_\_\_\_. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

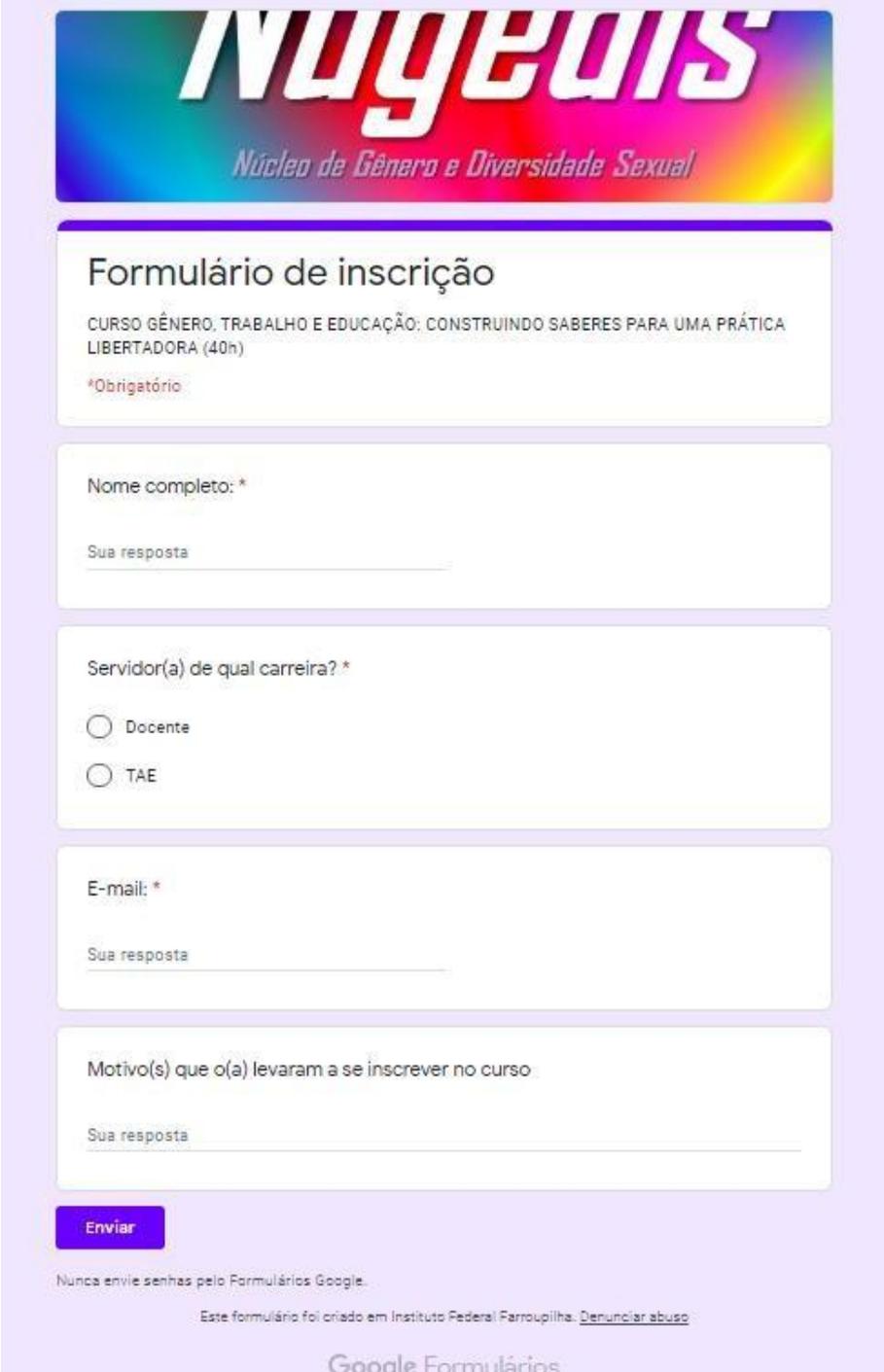
MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, [online], n. 53, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530002>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200402&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200402&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 04 dez. 2020.

RIBEIRO, Ana Paula da Silveira. **Memórias do Campus Alegrete/Instituto Federal Farroupilha/RS**: da Colônia do Passo Novo às Vivências da Ditadura Civil-Militar. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. **Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico – crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: ColumbiaUniversity Press, 1989.

**APÊNDICE A – PROPOSTA DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

**NUGEUIS**  
*Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual*

### Formulário de inscrição

CURSO GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO SABERES PARA UMA PRÁTICA LIBERTADORA (40h)

\*Obrigatório

Nome completo: \*

Sua resposta

Servidor(a) de qual carreira? \*

Docente

TAE

E-mail: \*

Sua resposta

Motivo(s) que o(a) levaram a se inscrever no curso

Sua resposta

**Enviar**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Instituto Federal Farroupilha. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

## APÊNDICE B – PROPOSTA DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO



### Curso Gênero, Trabalho e Educação: construindo saberes para uma prática libertadora (40h)

O curso é destinado a servidores e servidoras do campus Alegrete e busca promover a qualificação dos(as) envolvidos(as) fazendo com que a reflexão e o conhecimento gerados se convertam em prática, em ação transformadora da realidade visando uma educação não sexista, mais igualitária e libertadora.

#### Eixo formativo I -

##### Gênero: noções básicas

Gênero, raça e classe;  
Feminismo(s) e patriarcado;  
Identidades de gênero e  
sexualidade;

#### Eixo formativo II- Gênero, Trabalho e Educação

Gênero no contexto Escolar;  
Gênero no currículo: Marcos  
legais;  
Divisão Sexual do Trabalho;  
Políticas de gênero e combate  
à violência;

- REALIZAÇÃO: 2º  
Sem/2021- de Setembro  
à Dezembro.

- COM CERTIFICAÇÃO

- VAGAS LIMITADAS

- Palestras, rodas de  
conversa, oficinas, cine  
debates, fóruns -  
atividades quinzenais

Inscrições pelo link: <https://forms.gle/bFiS9UaotyxfAe8ZA>

Mais informações: [nugedis.al@iffarroupilha.edu.br](mailto:nugedis.al@iffarroupilha.edu.br)

## APÊNDICE C – PROPOSTA DE FORMULÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CURSO

### Formulário de Autoavaliação e avaliação do curso

CURSO GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO SABERES PARA UMA PRÁTICA LIBERTADORA (40h)

\*Obrigatório

Como você se considera quanto aos seguintes aspectos: a) Desempenho no curso \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

b) Motivação ao longo do curso \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

c) Nível de obtenção de novos conhecimentos \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

d) Segurança para aplicar os conhecimentos adquiridos \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

d) Possibilidade de mudanças na sua prática profissional e pessoal \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

Como você avalia o curso quanto aos seguintes aspectos: a) Adequação do conteúdo e carga horária \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

b) Aplicabilidade dos conhecimentos desenvolvidos \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

c) Atuação dos(as) ministrantes ou convidados(as) \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

d) Adequação das instalações e equipamentos \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

e) Metodologia do curso \*

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

Pontos fortes

Sua resposta

Pontos fracos

Sua resposta

Sugestões ou comentários

Sua resposta

**Enviar**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Instituto Federal Farroupilha. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

## APÊNDICE D - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO ADAPTADO PARA O FORMATO REMOTO



### Curso Gênero, Trabalho e Educação: construindo saberes para uma prática libertadora (30h)

O curso será no formato a distância e é destinado a servidores e servidoras do campus Alegrete. O objetivo é promover a qualificação dos(as) envolvidos(as) fazendo com que a reflexão e o conhecimento gerados se convertam em prática, em ação transformadora da realidade visando uma educação não sexista, mais igualitária e libertadora.

#### Eixo formativo I -

##### Gênero: noções básicas

Gênero, raça e classe;  
Feminismo(s) e patriarcado;  
Identidades de gênero e  
sexualidade;

#### Eixo formativo II- Gênero, Trabalho e Educação

Gênero no contexto Escolar;  
Gênero no currículo: Marcos  
legais;  
Divisão Sexual do Trabalho;  
Políticas de gênero e combate  
à violência;

- **REALIZAÇÃO:** 2º  
Sem/2021- de Setembro  
à Dezembro.

- **COM CERTIFICAÇÃO**

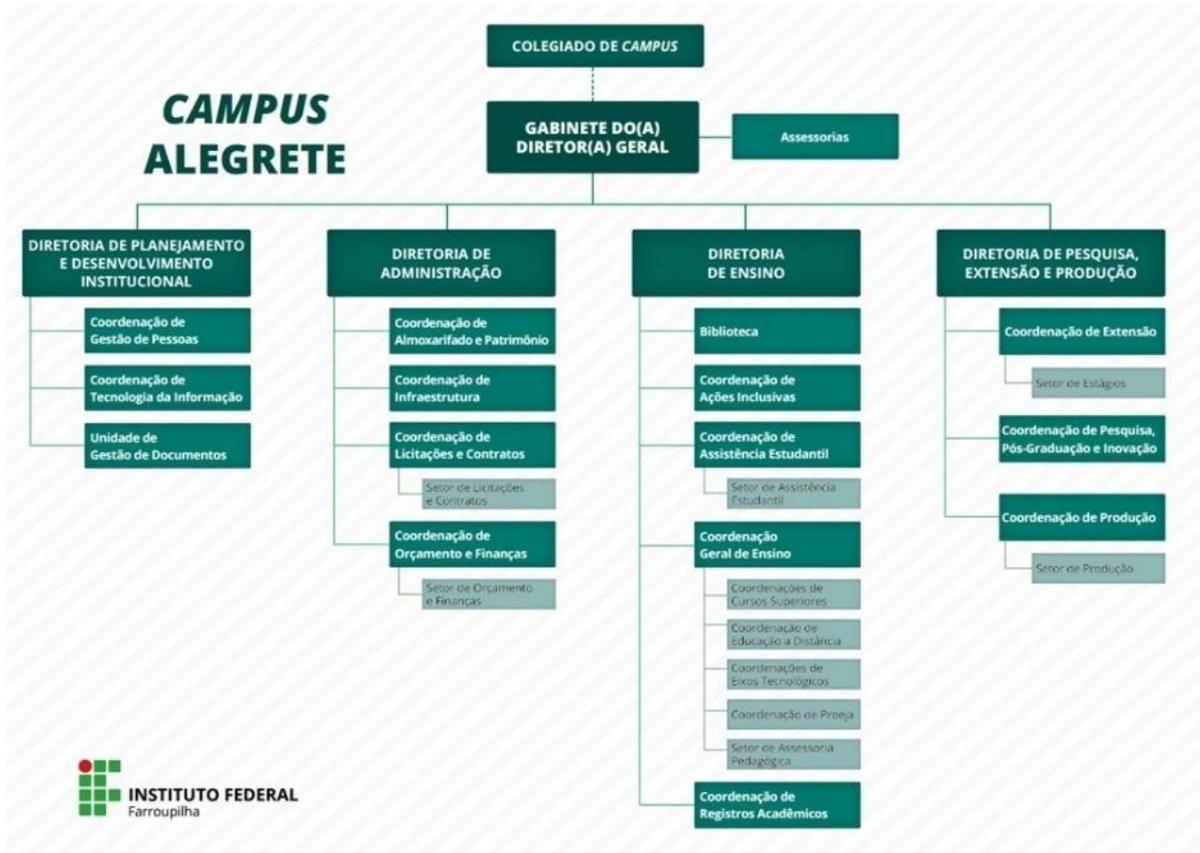
- **VAGAS LIMITADAS**

- **Ciclo de palestras no  
formato de *lives* e fóruns  
de debates no Moodle -  
atividades quinzenais**

Inscrições pelo link: <https://forms.gle/bFiS9UaotyxfAe8ZA>

Mais informações: [nugedis.al@iffarroupilha.edu.br](mailto:nugedis.al@iffarroupilha.edu.br)

**ANEXO A – ORGANOGRAMA CAMPUS ALEGRETE**



## ANEXO B - INFORMATIVO DE AÇÕES DO NUGEDIS 2019

# AÇÕES NUGEDIS 2019



O NUGEDIS- Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual tem como finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, proporcionando debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual. Nesse sentido, o NUGEDIS campus Alegrete lança esse informativo com as principais ações do ano de 2019.



### 1 1ª SEMANA VIVAS- NA LUTA PELA VIDA DAS MULHERES

Em Março aconteceu em Alegrete a 1ª Semana Vivas- Na luta pela vida das mulheres. O evento foi organizado por mulheres de diversos coletivos feministas, Organizações e instituições. Fazendo parte da programação da Semana, o NUGEDIS trouxe para o IFFar Alegrete a exposição Poética e Literária Pé de Amora, organizada pela Amoras ONG. As gurias da ONG também conversaram com alunos e alunas dos cursos superiores sobre Violência Doméstica e Lei Maria da Penha. O NUGEDIS, por sua vez, organizou uma atividade na Escola Estadual Emílio Zuñeda.



### 2 ATIVIDADES NAS ESCOLAS DE ALEGRETE E MANOEL VIANA

O NUGEDIS também participou de atividades em Escolas de Alegrete e Manoel Viana. Os integrantes do Núcleo falaram sobre a atuação do NUGEDIS no campus, sobre feminismo, machismo e violência contra a mulher. Além da conversa, também foram apresentados alguns dos curtas produzidos pelos alunos no concurso "Minuto pela não violência contra a mulher".



### 3 MESA REDONDA MATERNIDADE REAL

No mês de Maio o NUGEDIS promoveu a mesa "Maternidade Real" com a Enfermeira Vanessa Dolina, que falou sobre violência obstétrica e parto humanizado, e com a psicanalista Rosângela Amaral, que falou sobre os desafios conscientes e inconscientes da maternidade.



### 4 PAPO DE RESPOSTA NO IFFAR

No mês de Junho, o NUGEDIS trouxe ao campus as responsáveis pelo Projeto Papo de Resposta, da Polícia Civil, para uma conversa sobre combate à violência, homofobia e bullying.



### 5 MOVIMENTO ELES POR ELAS

Em Setembro, em apoio ao Movimento Eles por Elas (HeForShe), foram organizadas rodas de conversa com os alunos e alunas do ensino médio e cursos superiores sobre novas masculinidades e masculinidade tóxica. Além disso, foram colocadas televisões com vídeos sobre a temática em pontos estratégicos do campus.



### 6 OFICINAS DO DIA DO SERVIDOR

Juntamente com a CAI (Coordenação de Ações Inclusivas) e demais Núcleos do campus (NEABI e NAPNE), o NUGEDIS participou da organização da comemoração do Dia do Servidor. Cada Núcleo ficou responsável por organizar uma oficina relacionada a sua temática. Em parceria com o Coletivo Feminista Maria Baderna, o NUGEDIS ofertou uma oficina de stencil em camiseta.



**CURTIU?** Então venha colaborar conosco. Traga suas ideias.



**NÃO CURTIU?** Então traga a sua crítica ou sugestão e venha construir conosco também.



## ANEXO C – CALENDÁRIO ACADÊMICO 2021

**INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA**  
**CALENDÁRIO ACADÊMICO 2021**



**LEGENDA**  

- Dia Letivo
- Exames
- Recesso
- Feriado
- Reunião
- Férias

Janeiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

1 - Conflitezação Universal

Fevereiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						

16 - Carnaval - onto Facultativo

Março						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

08 - Dia da Mulher

Abril						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

2 - Sexta-feira da paixão  
4 - Páscoa  
21 - Tiradentes

Maio						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29

1 - Dia do Trabalho  
17 - Feriado Municipal Santa Maria

Junho						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

03 - Corpus Christi

Julho						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Agosto						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

11 - Dia do Estudante

Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

7 - Independência - Dia Letivo a critério dos Campi  
20 - Dia do Gaúcho - Dia Letivo a critério dos Campi

Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Novembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

01 - Comemoração do Dia do Servidor  
02 - Finados  
15 - Proclamação da República  
20 - Dia da Consciência Negra

Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

08 - Feriado Municipal Santa Maria  
25 - Natal

ANO LETIVO 2020 - INICIO: 05/04/2021 e TERMINO: 23/12/2021	
1º SEMESTRE - 05/04/2021 a 31/07/2021	
Organização Administrativa	Data
Matriculas on-line - I Semestre	02/03 a 05/03/2021
Ajuste de matrícula	05/04 a 09/04/2021
Pedidos de Aproveitamento e Certificação	05/04 a 09/04/2021
Trancamento de matrícula	
Edital para concessão de auxílios	
Edital Aluno Especial/Ouvinte - Campus	12/04 a 14/04/2021
Inscr. Edit. Reingresso, Transferência e Ingresso de Portador de Diploma	05/07 a 09/07/2021
Consolidação dos DC	Até 02/08/2021
Matriculas on-line - II Semestre	03/08 a 06/08/2021
Requerimento de formatura	
Organização Pedagógica	
Reunião Pedagógica	Quarta-feira - Tarde
Conselho de Classe Intermediário	
Conselho de Classe Semestral	

2º SEMESTRE - 13/08/2021 a 23/12/2021	
Organização Administrativa	Data
Matriculas on-line - I Semestre 2022	04/01 a 07/01/2022
Ajuste de matrícula	23/08 a 27/08/2021
Pedido de Aproveitamento e Certificação	23/08 a 27/08/2021
Trancamento de matrícula	
Edital para concessão de auxílios	
Edital Aluno Especial/Ouvinte - Campus	30/08 a 01/09/2021
Inscr. Edit. Reingresso, Transferência e Ingresso de Portador de Diploma	22/11 a 26/11/2021
Consolidação dos DC	Até 24/12/2021

Organização Pedagógica	
Reunião Pedagógica	Quarta-feira - Tarde
Conselho de Classe Intermediário	
Exames	
Conselho de Classe Final	

DIAS LETIVOS	
ABR	22
MAIO	25
JUN	25
JUL	27
AGO	29
SET	25
OUT	24
NOV	24
DEZ	20
<b>1º Sem.</b>	<b>99</b>
<b>2º Sem.</b>	<b>101</b>
<b>Total</b>	<b>200</b>